ISSN: 2358-8829

UM QUARTO DE HORA: TEMAS CONTEMPORÂNEOS E FORMAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO DE GEOGRAFIA – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL DE CAMPINA GRANDE – PB

Mirella Torres da Costa Xavier[1]

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia desempenha um papel importante na formação crítica dos estudantes, pois possibilita compreender as relações entre sociedade e espaço, as desigualdades socioespaciais e as diferentes formas de organização da vida coletiva. Para além da apropriação de conceitos e conteúdos curriculares, a disciplina oferece possibilidades de reflexão sobre situações que atravessam o cotidiano, contribuindo para a formação cidadã e para o reconhecimento dos sujeitos como participantes da produção e transformação do espaço geográfico.

Callai (2001) compreende o ensino de Geografia como uma possibilidade de leitura do mundo, na qual os conhecimentos escolares devem contribuir para que os estudantes interpretem criticamente a realidade em que vivem. Em perspectiva convergente, Cavalcanti (2010) destaca a importância de relacionar os conceitos geográficos às experiências cotidianas dos alunos, de modo que a aprendizagem contribua para a compreensão das práticas socioespaciais. Essas contribuições permitem reconhecer que o cotidiano escolar constitui uma fonte relevante de problematização e construção do conhecimento.

Nesse contexto, questões como *bullying*, cyberbullying, racismo e disseminação de notícias falsas demandam atenção da comunidade escolar, uma vez que interferem nas relações interpessoais, na construção das identidades e no exercício da cidadania. A escola, enquanto espaço de convivência e socialização, não está dissociada das desigualdades e dos conflitos presentes na sociedade. Por isso, a abordagem pedagógica dessas questões pode contribuir para a reflexão sobre direitos, responsabilidades, respeito às diferenças e participação democrática.

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) estabelece entre seus fundamentos o desenvolvimento de competências relacionadas ao pensamento crítico, à argumentação, à empatia, à cooperação e à responsabilidade cidadã. Tais princípios reforçam a necessidade de práticas educativas que articulem conhecimentos escolares e questões sociais, favorecendo a formação integral dos estudantes. Assim, a discussão de temas contemporâneos pode integrar o planejamento docente sem desconsiderar os objetivos específicos do componente curricular.

A perspectiva educacional de Freire (1996) oferece fundamentos para essa compreensão ao defender uma prática educativa baseada no diálogo, na problematização e no respeito aos saberes dos educandos. Nessa abordagem, ensinar não significa apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento da autonomia. O diálogo, portanto, constitui um princípio pedagógico que possibilita reconhecer as experiências dos estudantes e transformá-las em objeto de reflexão crítica.

Foi a partir dessa compreensão que se desenvolveu, em 2024, uma experiência pedagógica no âmbito do Programa Residência Pedagógica, Subprojeto Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em uma escola pública de tempo integral de Campina Grande, Paraíba. A proposta consistiu em reservar aproximadamente quinze minutos iniciais de duas aulas semanais de Geografia, e, uma série de sétimo ano, para a discussão de temas contemporâneos relacionados à convivência escolar e à formação cidadã.

Entre as temáticas abordadas estavam *bullying, cyberbullying*, racismo e *fake news*. As atividades foram conduzidas por meio de rodas de conversa, problematização e escuta ativa, estimulando a participação dos estudantes e a reflexão sobre situações presentes em seu cotidiano. Entre os episódios que mobilizaram as discussões, destacou-se o relato de um estudante que utilizava cabelo em estilo Black Power e recebia dos colegas o apelido de “cotonete”. Ao expressar que não gostava da denominação, o estudante possibilitou uma reflexão coletiva sobre os limites entre brincadeira e violência, bem como sobre respeito, empatia e diferenças.

A situação evidenciou a importância de não naturalizar práticas ofensivas sob a justificativa de que seriam brincadeiras, especialmente quando a pessoa atingida

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

manifesta desconforto. Também suscitou reflexões sobre as relações interpessoais, a construção das identidades e a responsabilidade dos sujeitos na convivência escolar.

Diante disso, este artigo tem como objetivo relatar e analisar uma experiência pedagógica desenvolvida no ensino de Geografia, baseada na utilização dos quinze minutos iniciais das aulas para a discussão de temas contemporâneos, destacando suas possibilidades formativas para o diálogo, a convivência escolar e a construção da cidadania. A relevância do trabalho reside na reflexão sobre estratégias pedagógicas que aproximem os conhecimentos escolares das experiências dos estudantes e contribuam para o enfrentamento de práticas de desrespeito no cotidiano.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva e reflexiva, fundamentado em uma prática pedagógica desenvolvida em 2024 durante o Programa Residência Pedagógica, Subprojeto Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande. A experiência ocorreu em uma escola pública de tempo integral de Campina Grande, Paraíba, em uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental.

A proposta pedagógica consistiu na reserva de aproximadamente quinze minutos iniciais de duas aulas semanais de Geografia para a discussão de temas contemporâneos relacionados à convivência escolar e à formação cidadã. Foram abordados bullying, *cyberbullying*, racismo e *fake news*, considerando a relevância dessas questões para as relações sociais estabelecidas dentro e fora da escola.

As atividades foram desenvolvidas por meio de rodas de conversa, questionamentos problematizadores e escuta ativa. A intenção foi favorecer a participação dos estudantes, estimular a expressão de opiniões e experiências e promover reflexões sobre atitudes e comportamentos presentes no cotidiano. Dessa forma, os temas não foram tratados apenas mediante a exposição de conceitos, mas a partir de situações capazes de mobilizar a reflexão coletiva.

A análise da experiência assumiu caráter qualitativo e interpretativo, tomando como referência a descrição da prática pedagógica e o episódio relatado envolvendo o apelido atribuído ao estudante que utilizava cabelo em estilo Black Power. A

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

interpretação foi fundamentada em estudos sobre educação crítica, ensino de Geografia, relações étnico-raciais e violência escolar.

Por se tratar de um relato de experiência, não foram utilizados instrumentos padronizados de avaliação nem levantamentos quantitativos que permitissem mensurar mudanças no comportamento dos estudantes. Assim, a análise concentra-se nas possibilidades formativas identificadas na organização das atividades e na problematização do episódio descrito, sem pretender estabelecer generalizações sobre a eficácia da estratégia.

REFERENCIAL TEÓRICO

A articulação entre ensino de Geografia e formação cidadã pressupõe compreender o espaço escolar como parte das relações sociais que constituem a realidade. Os estudantes vivenciam experiências relacionadas à convivência, à identidade, às diferenças e aos conflitos que podem ser problematizadas a partir dos conhecimentos escolares. Nesse sentido, o ensino de Geografia pode contribuir para a leitura crítica do cotidiano, relacionando experiências particulares a processos sociais mais amplos.

Callai (2001) destaca a importância de uma Geografia escolar comprometida com a leitura do mundo, enquanto Cavalcanti (2010) enfatiza a relação entre os conceitos geográficos e as práticas socioespaciais vivenciadas pelos estudantes. Essas contribuições permitem compreender que o cotidiano não deve ser considerado apenas como elemento externo ao currículo, mas como uma dimensão a partir da qual os conhecimentos escolares podem adquirir significado. Discutir as relações estabelecidas no ambiente escolar, portanto, pode constituir uma oportunidade para refletir sobre as formas de convivência e organização da vida coletiva.

Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), para quem a prática educativa exige respeito aos saberes dos educandos, diálogo e reflexão crítica. A aprendizagem não se limita à recepção de informações, pois envolve a participação dos sujeitos na construção do conhecimento. A escuta das experiências dos estudantes, nessa perspectiva, permite identificar questões relevantes para o trabalho pedagógico e criar oportunidades para problematizar comportamentos naturalizados.

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O diálogo, entretanto, não significa ausência de mediação docente ou aceitação indiscriminada de todas as opiniões. Cabe ao educador organizar as discussões, favorecer a argumentação e questionar atitudes que reproduzem preconceitos ou comprometem a dignidade dos sujeitos. A problematização da realidade exige, portanto, uma postura pedagógica comprometida com o respeito, a participação e a formação crítica.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) também oferece sustentação para práticas educativas que promovam o exercício da empatia, da cooperação, da argumentação e da responsabilidade. A incorporação de temas contemporâneos ao ensino pode contribuir para o desenvolvimento dessas dimensões formativas, desde que articulada aos objetivos de aprendizagem e às necessidades identificadas no contexto escolar.

No que se refere à violência entre estudantes, Olweus (1993) compreende o bullying como uma forma de exposição repetida a ações negativas, ao longo do tempo, em circunstâncias marcadas por dificuldade de defesa da pessoa atingida. Fante (2005), por sua vez, aborda o fenômeno como uma manifestação de violência que exige atenção e estratégias educativas de prevenção. Lopes Neto (2005) também destaca a relevância de reconhecer o bullying como um problema relacionado à convivência escolar, que não deve ser reduzido a uma brincadeira sem consequências.

No Brasil, a Lei nº 13.185/2015 instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, estabelecendo diretrizes para a prevenção e o enfrentamento do bullying (Brasil, 2015). A Lei nº 14.811/2024 estabeleceu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência em estabelecimentos educacionais ou similares, ampliando o marco legal relacionado à proteção desse público (Brasil, 2024). Essas referências permitem distinguir conflitos pontuais de situações que apresentam as características específicas do bullying. Um episódio isolado de ofensa não é suficiente, por si só, para estabelecer essa classificação. Entretanto, a ausência de elementos para caracterizar o fenômeno não elimina a necessidade de intervenção pedagógica diante de manifestações de desrespeito ou constrangimento.

A discussão sobre diferenças e aparência também demanda atenção às relações étnico-raciais. Gomes (2003), ao discutir educação, identidade negra e formação de professores, contribui para compreender a relevância das identidades e das representações

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

sociais no contexto educativo. Cavalleiro (2001), por sua vez, evidencia a necessidade de enfrentar práticas discriminatórias na escola e de construir relações educativas comprometidas com a igualdade racial. Esses referenciais sustentam a importância de abordar as diferenças de maneira crítica, sem naturalizar comentários depreciativos ou práticas de exclusão.

A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados (Brasil, 2003). Embora o episódio analisado não permita afirmar, isoladamente, que o apelido utilizado tenha sido motivado por racismo, sua associação ao cabelo do estudante torna pertinente discutir padrões estéticos, identidade e respeito às características individuais. A abordagem deve evitar conclusões não sustentadas pelos dados, mas reconhecer a importância de uma educação comprometida com o enfrentamento das discriminações.

Desse modo, o referencial adotado permite compreender a experiência pedagógica como uma iniciativa de aproximação entre os conteúdos escolares, as experiências cotidianas e a formação cidadã. A articulação entre diálogo, leitura crítica da realidade e prevenção da violência constitui um caminho possível para que o ensino de Geografia contribua para a construção de relações sociais pautadas no respeito e na responsabilidade coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência pedagógica desenvolvida em 2024 teve como elemento central a inserção sistemática de aproximadamente quinze minutos de discussão no início de duas aulas semanais de Geografia. A proposta possibilitou reservar um momento específico para abordar questões contemporâneas relacionadas à convivência escolar, aproximando a prática pedagógica de situações vivenciadas pelos estudantes.

A escolha de temas como bullying, cyberbullying, racismo e fake news permitiu contemplar diferentes dimensões das relações sociais. Essas questões envolvem formas de interação, circulação de informações, construção de identidades e reconhecimento de direitos. Sua abordagem no espaço escolar favorece a reflexão sobre comportamentos

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

individuais e coletivos, contribuindo para ampliar as possibilidades formativas do trabalho docente.

A organização de rodas de conversa e o uso da escuta ativa constituíram estratégias relevantes para a realização das atividades. Ao abrir espaço para a manifestação de opiniões e experiências, a proposta buscou superar uma abordagem exclusivamente expositiva e estimular a participação dos estudantes. Essa organização dialoga com Freire (1996), ao reconhecer que a prática educativa deve criar possibilidades para a construção do conhecimento e para a reflexão crítica sobre a realidade.

O episódio envolvendo o estudante que recebia o apelido de "cotonete" destacou-se entre as situações discutidas. O aluno utilizava cabelo em estilo Black Power e manifestou que não gostava da denominação utilizada pelos colegas. A explicitação de seu desconforto tornou possível problematizar uma prática que poderia ser considerada por alguns como brincadeira, mas que produzia incômodo para a pessoa atingida.

A situação evidenciou a importância de considerar os efeitos das palavras nas relações interpessoais. A intenção atribuída a uma brincadeira não elimina necessariamente o constrangimento provocado, assim como a repetição de uma expressão ofensiva não a torna aceitável por ter sido incorporada à rotina do grupo. A manifestação do estudante, nesse sentido, constituiu um ponto de partida para a reflexão sobre respeito, empatia e responsabilidade coletiva.

A análise desse episódio deve, contudo, distinguir a ocorrência de uma situação ofensiva da caracterização específica do bullying. Embora o relato evidencie desconforto relacionado ao apelido, não há informações suficientes sobre a frequência das ocorrências, sua duração ou a existência de assimetria de poder entre os envolvidos. Portanto, não é possível estabelecer uma classificação conclusiva com base apenas no episódio descrito. Ainda assim, as contribuições de Olweus (1993), Fante (2005) e Lopes Neto (2005) reforçam a necessidade de atenção às práticas de intimidação e aos seus possíveis efeitos sobre a convivência escolar.

A discussão também permite refletir sobre a relação entre aparência e reconhecimento social. O fato de o apelido estar associado ao cabelo do estudante evidencia a necessidade de problematizar o uso de características pessoais como motivo de ridicularização. Nesse aspecto, as contribuições de Gomes (2003) e Cavalleiro (2001)

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ajudam a compreender a importância de práticas educativas que reconheçam as identidades e enfrentem a naturalização de atitudes discriminatórias. Não se trata de atribuir automaticamente uma motivação racial ao episódio, mas de reconhecer que a escola precisa criar condições para discutir as diferenças sem reproduzir estereótipos ou constrangimentos.

A experiência também permite destacar a importância da mediação docente. Diante de situações de desrespeito, a atuação pedagógica não deve se limitar à repreensão imediata nem à classificação do comportamento. É necessário promover a reflexão sobre as consequências das atitudes, estabelecer limites claros para as interações e estimular formas respeitosas de comunicação. Quando houver indícios de repetição ou de violência sistemática, a escola deve adotar procedimentos adequados de acolhimento, proteção e acompanhamento.

A reserva de um momento específico para essas discussões representa uma possibilidade de incorporar a formação cidadã à rotina escolar. Em vez de abordar temas relacionados à convivência apenas em situações de crise ou em datas específicas do calendário, a proposta procurou estabelecer um espaço recorrente de reflexão. Essa iniciativa é coerente com os princípios formativos apresentados na BNCC (Brasil, 2018) e com as orientações de prevenção presentes na legislação brasileira sobre bullying e violência escolar.

No ensino de Geografia, essa estratégia pode ampliar as possibilidades de relacionar o cotidiano dos estudantes à compreensão das relações sociais e da produção do espaço. Como discutem Callai (2001) e Cavalcanti (2010), a leitura crítica da realidade constitui uma dimensão relevante da aprendizagem geográfica. As experiências vividas pelos estudantes, portanto, podem funcionar como ponto de partida para questionamentos que ultrapassam a dimensão individual e alcançam a compreensão da convivência e da vida coletiva.

É necessário reconhecer, entretanto, os limites da experiência relatada. Não foram realizados levantamentos quantitativos ou avaliações sistemáticas capazes de demonstrar redução dos episódios de violência ou mudanças duradouras no comportamento dos estudantes. Assim, os resultados não devem ser interpretados como comprovação de

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

eficácia da estratégia, mas como reflexões sobre as possibilidades pedagógicas observadas a partir da prática descrita.

A continuidade de iniciativas dessa natureza depende também da articulação entre a atuação docente e o compromisso institucional com a convivência democrática. O enfrentamento da violência escolar não pode ser atribuído exclusivamente ao professor ou a atividades pontuais. Exige ações permanentes, participação da comunidade escolar, procedimentos de proteção e integração com o projeto pedagógico da instituição.

Dessa maneira, a experiência indica que os quinze minutos iniciais das aulas podem constituir um espaço significativo de escuta, problematização e formação cidadã. Sua contribuição está na possibilidade de aproximar os conhecimentos escolares das experiências dos estudantes e de transformar situações cotidianas em oportunidades de reflexão sobre respeito, diferenças e responsabilidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica desenvolvida em 2024, no âmbito do Programa Residência Pedagógica, Subprojeto Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, possibilitou refletir sobre a inserção de temas contemporâneos no cotidiano escolar como estratégia de formação cidadã. A reserva de aproximadamente quinze minutos iniciais de duas aulas semanais para a discussão de *bullying*, *cyberbullying,* racismo e *fake news* constituiu uma iniciativa de aproximação entre os conhecimentos escolares e as experiências vivenciadas pelos estudantes.

O episódio do estudante que recebia o apelido de “cotonete” em referência ao cabelo em estilo Black Power evidenciou a importância da escuta e da problematização de práticas que podem ser naturalizadas sob a justificativa de brincadeira. A manifestação de desconforto permitiu discutir os limites das interações entre colegas e a necessidade de reconhecer a dignidade e os sentimentos dos sujeitos. Embora não existam elementos suficientes para classificar conclusivamente o episódio como bullying, a situação

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

demonstrou a relevância da intervenção pedagógica diante de manifestações de desrespeito.

A articulação entre Freire (1996), os estudos de Olweus (1993), Fante (2005) e Lopes Neto (2005), as contribuições de Callai (2001) e Cavalcanti (2010) e os referenciais sobre relações étnico-raciais permitiu compreender que a formação cidadã envolve tanto a leitura crítica da realidade quanto a construção de relações pautadas no respeito e na responsabilidade coletiva.

Conclui-se que a utilização sistemática dos quinze minutos iniciais das aulas representa uma possibilidade pedagógica para ampliar os espaços de participação e reflexão no ensino de Geografia. Sua contribuição não reside na garantia de mudanças comportamentais mensuráveis, mas na criação de oportunidades para discutir questões sociais relevantes e relacioná-las à formação ética e cidadã.

Por fim, destaca-se a importância de dar continuidade a práticas dessa natureza, articulando-as ao planejamento docente e às ações institucionais de prevenção e enfrentamento das violências. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise dessas experiências por meio de registros sistemáticos e avaliações qualitativas, contribuindo para compreender seus efeitos e seus limites no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Bullying; Prática pedagógica; Residência Pedagógica; Educação Integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino?** Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana.** Campinas, SP: Papirus, 2010.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas, SP: Verus, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

LOPES NETO, Aramis Antonio. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, supl., p. 164-172, 2005.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: what we know and what we can do.** Oxford: Blackwell, 1993.

[1] Mirella Torres da Costa Xavier. Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).